

# INTERAÇÕES CATARINENSES NO SEIO DO BRICS: ESBOÇO DE ABORDAGEM COM REALCE PARA A ÍNDIA

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC – E-mail: [hoyedo.lins@ufsc.br](mailto:hoyedo.lins@ufsc.br))

## Resumo

BRICS significa indicação para o agrupamento envolvendo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que ganhou alguma visibilidade nos últimos anos como iniciativa talvez capaz de representar novidade na configuração econômica e política mundial neste início do século XXI. O artigo primeiramente caracteriza a situação recente desses países e explora os vínculos comerciais do Brasil com os demais membros, dando maior ênfase às interações com a Índia, durante muito tempo de escassa presença nas relações externas (comerciais e outras) brasileiras. Em seguida, a atenção concentra-se no relacionamento de Santa Catarina com os demais integrantes do grupo, notadamente em termos comerciais, com foco que corrobora um interesse particular pelo país sul-asiático. Todavia, ao perscrutar os diálogos de Brasil e de Santa Catarina com a Índia, não se restringe o olhar à esfera comercial: o problema da cooperação, inclusive em termos de tecnologia, é igualmente privilegiado.

**Palavras chaves:** BRICS; Santa Catarina; Brasil; Comércio; Cooperação

## 1. Introdução

O termo BRICS, acrônimo que aponta as articulações protagonizadas desde 2008 entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (a última a partir de 2010), destaca-se como sinônimo de iniciativa mais ou menos recente com potencial para promover novas configurações econômicas e políticas de grande escala. O objetivo maior, fundamentalmente, é a melhoria das respectivas posições no sistema mundial, e o lampejo inspirador teria sido a formulação de um economista do grupo financeiro Goldman Sachs, anos atrás, em documento de cunho técnico no qual se falava somente dos quatro primeiros estados (O'NEILL, 2001).

O BRICS constitui o assunto geral deste artigo, cujo perfil é exploratório, mas o objeto é bem preciso. Trata-se das interações registradas num subconjunto desse grupo, entre Índia e Brasil, salientando-se no segundo o envolvimento de Santa Catarina.

A escolha desse recorte deve-se, de uma parte, a que a Índia parece ter elevado atualmente seus vínculos com a América Latina a um novo patamar de interesse, econômica e geopoliticamente falando. Pelo ângulo brasileiro, a opção reflete percepção de que o tamanho potencial do mercado indiano haverá de ganhar representatividade nas relações comerciais do Brasil em nível global. Mas também as possibilidades de cooperação, notadamente em ciência e tecnologia, e possíveis alinhamentos frente a

questões internacionais de relevo, podem figurar numa argumentação por vínculos mais densos entre esses países, com benefícios para ambos.

Já o realce da participação catarinense obedece ao interesse em vislumbrar o modo como esse estado, com atividades econômicas e atributos territoriais bastante diversificados, interage com o agrupamento BRICS e, no seu interior, com maior realce, com a Índia. Isso significa perscrutar a esfera do comércio e, igualmente, indagar sobre aproximações envolvendo, antes de tudo, cooperação e ação conjunta.

O texto possui três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na seguinte elabora-se uma caracterização sumária do BRICS no período recente. Depois abordam-se as interações comerciais e cooperativas entre Brasil e Índia, na esteira de comentários sobre a situação do comércio brasileiro com todos os membros do BRICS. Posteriormente, dirige-se a atenção para Santa Catarina, observando as suas interações comerciais com os demais países do acrônimo e detalhando a interlocução (comercial e não comercial) com a Índia.

## **2. BRICS: caracterização e papel no comércio brasileiro, mormente quanto à Índia**

O BRICS atrai as atenções em vários meios e fóruns. Sobretudo com finalidades analíticas, escritos diversos foram produzidos a respeito, dentro e fora dos países diretamente implicados, as abordagens girando em torno, por exemplo, do quanto se pode falar de uma efetiva conjugação de interesses e das perspectivas futuras do agrupamento.

O escopo das abordagens inclui a avaliação e divulgação dos procedimentos adotados nos vários *rounds* de interações, desencadeadas em 2009 na cidade russa de Ecaterimburgo. As sucessivas cúpulas ocorreram em 2010 (Brasil – Brasília), 2011 (China – Sanya), 2012 (Índia – Nova Délhi), 2013 (África do Sul – Durban), 2014 (Brasil – Fortaleza) e 2015 (Rússia – Ufa).

### **2.1 Uma nota sobre o perfil do BRICS**

A tabela 1 oferece alguma informação capaz de permitir a caracterização desses países. Salta aos olhos a heterogeneidade do grupo, em diferentes sentidos. É assim, em primeiro lugar, na demografia, pois China e Índia concentram juntos 87% da população desse conjunto (em 2014). Seu peso demográfico é muito grande igualmente em termos mundiais: somados, tais estados representavam 37% desse total planetário naquele ano.

O Produto Interno Bruto (PIB) representa outra esfera de forte assimetria, já que a China concentrava 60% do total do BRICS em 2014. O mesmo traço está presente no PIB

per capita, com a Rússia em primeiro lugar e o Brasil em segundo. Assinale-se que, devido ao tamanho da população, mesmo um PIB da magnitude do chinês não possibilita uma média por habitante superior a US\$ 7,4 mil (naquele ano), um aspecto também presente – com intensidade muito maior – no contexto indiano, onde a cifra era US\$ 1,6 mil.

Tabela 1 – BRICS: indicadores selecionados (2014)

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Mundo
População (milhões) (%)	208,0 (2,89)	144,0 (1,98)	1.295,0 (17,83)	1.364,0 (18,78)	54,1 (0,74)	7.261,0 (100,0)
PIB (US\$ trilhões) (%)	2,417 (3,09)	2,031 (2,60)	2,042 (2,61)	10,351 (13,25)	0,350 (0,0004)	78,106 (100,0)
PIBpc (US\$ 1,00)	11.800	14.300	1.560	7.400	6.790	10.757
Exportações (US\$ bilhões) (%)	225,1 (1,18)	497,8 (2,60)	322,7 (1,69)	2.342,3 (12,25)	91,0 (0,48)	19.112 100,0
Importações (US\$ bilhões) (%)	239,1 (1,25)	308,0 (1,61)	462,9 (2,43)	1.959,2 (10,27)	122,0 (0,64)	19.082 (100,0)
GAEE <sup>a</sup>	19,21	39,67	38,47	41,56	60,86	
IE <sup>b</sup>	9,31	24,51	15,80	22,63	26,00	
Expec. vida ao nascer (anos)	74,4	70,4	68	75,8	57,2	71,5

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial. Para população, PIB, PIBpc e expectativa de vida:

<http://data.worldbank.org/country>. Para exportações:

<http://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.CD.WT?view=chart>. Para importações:

<http://data.worldbank.org/indicator/TM.VAL.MRCH.CD.WT?view=chart>

<sup>a</sup> Grau de Abertura da Economia ao Exterior:  $\text{Export.} + \text{Import.} / \text{PIB} * 100$

<sup>b</sup> Intensidade Exportadora:  $\text{Export.} / \text{PIB} * 100$

O destaque da China é gritante em termos comerciais, sobretudo, pois o país concentrou 67% das exportações e de 63% das importações do BRICS naquele ano. A desigualdade é também marcante na representatividade do comércio externo em cada caso, quer se considere o Grau de Abertura da Economia ao Exterior (GAEE) ou a Intensidade Exportadora (IE). A África do Sul, seguida (à distância) pela China, aparece em primeiro lugar tanto pelo primeiro indicador, que considera a corrente de comércio, como pelo segundo, que leva em conta somente as exportações.

A observação de um indicador como a expectativa de vida ao nascer revela que as fortes desigualdades no seio do BRICS não se restringem à economia e à demografia. No país em pior situação, a África do Sul, essa expectativa era 24% inferior à do país com a melhor condição, a China. A segunda pior era a indiana, menor do que a chinesa em 10%.

Subjacentes a esses dados figuram circunstâncias produzidas em trajetórias específicas, forjadas em interações de amplitudes diversas. Para o último quarto de século deve-se assinalar o que segue, entre outros aspectos.

No caso brasileiro cabe realçar uma sequência de controle da inflação e reformas econômicas e políticas na década de 1990, quando também ocorreu avanço na integração com países vizinhos do Cone Sul. Nos anos 2000, após período de incertezas, registraram-se crescimento econômico e superávits comerciais ligados ao *boom* mundial das *commodities*, vetores de fortalecimento da liderança regional do Brasil. Desde a virada para a presente década ganharam corpo movimentos erráticos, porém tendentes à deterioração do quadro econômico. Disso resultou grave crise, de fortes reflexos sociais, impulsionada pelo fim daquele *boom* e ligada a grandes problemas na política interna.

Na Rússia o período foi de adaptação às imposições do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que significou para o *core* daquele conjunto até menores possibilidades em recursos humanos, além dos territoriais. Importantes empresas permitiram ao país firmar-se, posteriormente, como grande fornecedor de energia, até “fidelizando” mercados na Europa Ocidental. Nos anos 2000, a reativação de vários setores industriais e investidas como o acordo de maio de 2014 entre o consórcio russo Gazprom e a Corporação Nacional de Petróleo da China, mirando o abastecimento do segundo país por trinta anos, sinalizam um novo patamar de presença internacional da Rússia.

Na Índia executaram-se reformas na estrutura erigida após a independência, em 1947, caracterizada por planejamento centralizado (planos quinquenais), ênfase no crescimento industrial e forte intervenção do Estado na economia, com protecionismo. Os argumentos pelas transformações frisaram a urgência de acelerar a expansão econômica, almejando gerar empregos e combater a grande pobreza do país. Dos anos 1990 em diante, sem que o Estado deixasse de se fazer presente na economia, a desregulamentação foi intensificada. O crescimento ganhou velocidade, mas persistiu uma imensa pobreza, com taxas muito altas de analfabetismo e má nutrição infantil.

Na China o quadro atual emerge do frenesi econômico deflagrado pelas mudanças dos anos 1970. Registra-se uma expansão com rapidez raramente observada e, sobretudo a partir de 2001, quando o país entrou na Organização Mundial do Comércio, uma atração de investimentos externos que, vigorosa, nutre o dinamismo industrial e exportador. A trajetória tanto afeta o cotidiano chinês quanto repercute em diversos mercados no mundo, irradiando inquietações. Têm grande participação nesse caminho, cujos contornos são também geopolíticos, os investimentos externos envolvendo instalação de capacidades produtivas, compra de ativos ou exploração de recursos em vários continentes.

A África do Sul exibiu na década de 1990 o fim do *apartheid*, segregação racial institucionalizada desde o domínio holandês e britânico. Isso não impediu a permanência

de grandes desigualdades de desenvolvimento, com alto desemprego e informalidade no trabalho, e também graves problemas em segurança e saúde. Os ajustes macroeconômicos naquela década e o surto de desregulamentação e privatizações nos anos 2000 impulsionaram o crescimento, talvez ajudados pelos investimentos para a Copa de Mundo de Futebol, em 2010. O fim do *boom* das *commodities* afetou o país, mas, seguida de Egito e Nigéria, a África do Sul continua a maior e mais diversificada economia africana.

## 2.2 Interações comerciais Brasil-BRICS, com destaque para a Índia

Desde meados da década de 2000, o conjunto BRICS ampliou a sua representatividade no comércio externo brasileiro. Como informado na tabela 2, no período 2005-2015 as exportações do Brasil para os demais integrantes do acrônimo saltaram da faixa dos US\$ 12 bilhões para o nível de US\$ 43 bilhões, tangenciando a cifra de US\$ 54 bilhões em 2013. Percurso semelhante, quanto à intensidade, ocorreu no lado das importações brasileiras. Também em termos proporcionais, em face da totalidade do comércio externo brasileiro, o BRICS ampliou a sua importância: seja nas exportações ou nas importações, esse grupo de países mais que duplicou a sua participação.

Tabela 2 – Comércio externo do Brasil: total e com o BRICS – 2005-2015 (US\$ milhões)

Anos	Exportações		Importações		A/B*100	C/D*100
	Para o BRICS (A)	Para o mundo (B)	Desde o BRICS (C)	Desde o mundo (D)		
2005	12.261,4	118.308,3	7.621,0	73.551,4	10,36	10,36
2006	14.247,4	137.807,5	10.841,8	91.350,8	10,34	11,87
2007	17.205,7	160.649,1	17.023,0	120.620,9	10,71	14,11
2008	24.032,7	197.942,4	27.714,9	172.984,8	12,14	16,02
2009	28.547,2	152.994,7	22.138,6	127.647,3	18,66	17,34
2010	39.740,2	201.915,3	32.501,6	181.768,4	19,68	17,88
2011	53.412,2	256.040,0	42.727,7	226.243,4	20,86	18,88
2012	51.710,6	242.578,0	42.933,4	223.183,5	21,32	19,24
2013	53.966,6	242.178,6	47.057,1	239.620,9	22,28	19,64
2014	50.459,6	225.100,9	47.733,6	229.154,5	22,42	20,83
2015	43.043,1	191.134,3	37.874,5	171.449,0	22,52	22,09

Fonte: <http://alicesweb.mdic.gov.br/consulta-ncm/consultar>

Contudo, esse considerável crescimento deve-se, quase exclusivamente, ao intercâmbio com a China, que mais que quintuplicou tanto nas exportações quanto (sobretudo) nas importações. Com a Índia, o comércio brasileiro pouco mais que triplicou entre 2005 e 2015, sem que isso tenha significado crescimento de proporção no total das relações de troca brasileiras com o conjunto BRICS. A China, ao contrário, ampliou de

pouco mais de metade para mais de 80% a sua participação como destino para as vendas brasileiras no interior do bloco, um percurso também destacado no lado das importações, como se pode observar na tabela 3.

Tabela 3 – Comércio do Brasil com os parceiros do BRICS – 2005-2015 (US\$ milhões)

Anos		2005	2007	2009	2011	2013	2015
País/Comércio							
Rússia	Export. (%)	2.917,4 (23,8)	3.741,3 (21,7)	2.868,6 (10,0)	4.216,3 (7,9)	2.974,1 (5,5)	2.464,4 (5,7)
	Import. (%)	722,1 (9,5)	1.710,1 (10,0)	1.412,1 (6,4)	2.944,2 (6,9)	2.676,1 (5,7)	2.220,9 (5,9)
Índia	Export. (%)	1.137,9 (9,3)	957,8 (5,6)	3.415,0 (12,0)	3.200,7 (6,0)	3.130,1 (5,8)	3.617,4 (8,4)
	Import. (%)	1.202,9 (15,8)	2.169,3 (12,7)	2.191,1 (9,9)	6.081,0 (14,2)	6.357,6 (13,5)	4.289,6 (11,3)
China	Export. (%)	6.835,0 (55,7)	10.748,8 (62,5)	21.003,9 (73,6)	44.314,6 (83,0)	46.026,1 (85,3)	35.607,5 (82,7)
	Import. (%)	5.354,5 (70,3)	12.621,3 (74,1)	15.911,1 (71,9)	32.790,6 (76,7)	37.303,8 (79,3)	30.719,4 (81,1)
África do Sul	Export. (%)	1.371,1 (11,2)	1.757,8 (10,2)	1.259,7 (4,4)	1.680,6 (3,1)	1.836,3 (3,4)	1.353,8 (3,1)
	Import. (%)	341,5 (4,5)	522,3 (3,1)	433,2 (2,0)	911,9 (2,1)	719,6 (1,5)	644,6 (1,7)
Total	Export. (%)	12.261,4 (100,0)	17.205,7 (100,0)	28.547,2 (100,0)	53.412,2 (100,0)	53.966,6 (100,0)	43.043,1 (100,0)
	Import. (%)	7.621,0 (100,0)	17.023,0 (100,0)	22.138,6 (100,0)	42.727,7 (100,0)	47.057,1 (100,0)	37.874,5 (100,0)

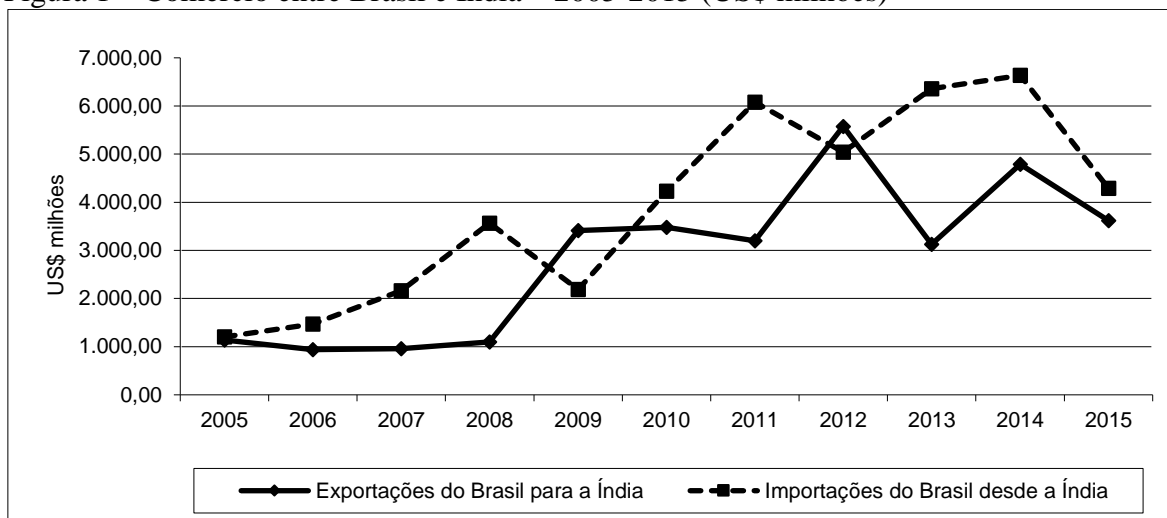
Fonte: <http://alicesweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/consultar>

Com a Índia, especificamente, o comércio brasileiro nunca foi volumoso (PANT, 2011). Os dois países sempre representaram, um para o outro, uma proporção pequena das respectivas trocas globais, situando-se em outras latitudes os principais interlocutores comerciais de ambos. Com efeito, os mais recentes dados da *United Nations Statistics Division – Commodity Trade Statistics (UN-Comtrade)* (<http://comtrade.un.org/pb/CountryPagesNew.aspx?y=2015>) indicam que bem mais de ¼ das exportações indianas em 2015 concentraram-se em três países – Estados Unidos (13,6%), Emirados Árabes Unidos (10,5%) e China (4,3%) –, o mesmo sendo observado nas importações, com a alteração de um país: China (13%), Arábia Saudita (6,9%) e Emirados Árabes Unidos (6,1%). Para o Brasil, aquela fonte indica China (18,6%), Estados Unidos (11,6%) e Argentina (7,1%) como principais destinos, parceiros que são ao mesmo tempo as origens mais importantes, com 16,5%, 15,4% e 6,4%, nessa ordem.

Não obstante, o comércio bilateral Brasil-Índia cresceu expressivamente nos últimos anos, como se falou. Entre 2005 e 2015, o salto foi da faixa próxima a US\$ 1

bilhão, em exportações ou importações do Brasil, para vendas brasileiras que superaram US\$ 5 bilhões, como em 2012, e para compras que atingiram US\$ 6,6 bilhões, como em 2014 (Figura 1).

Figura 1 – Comércio entre Brasil e Índia – 2005-2015 (US\$ milhões)



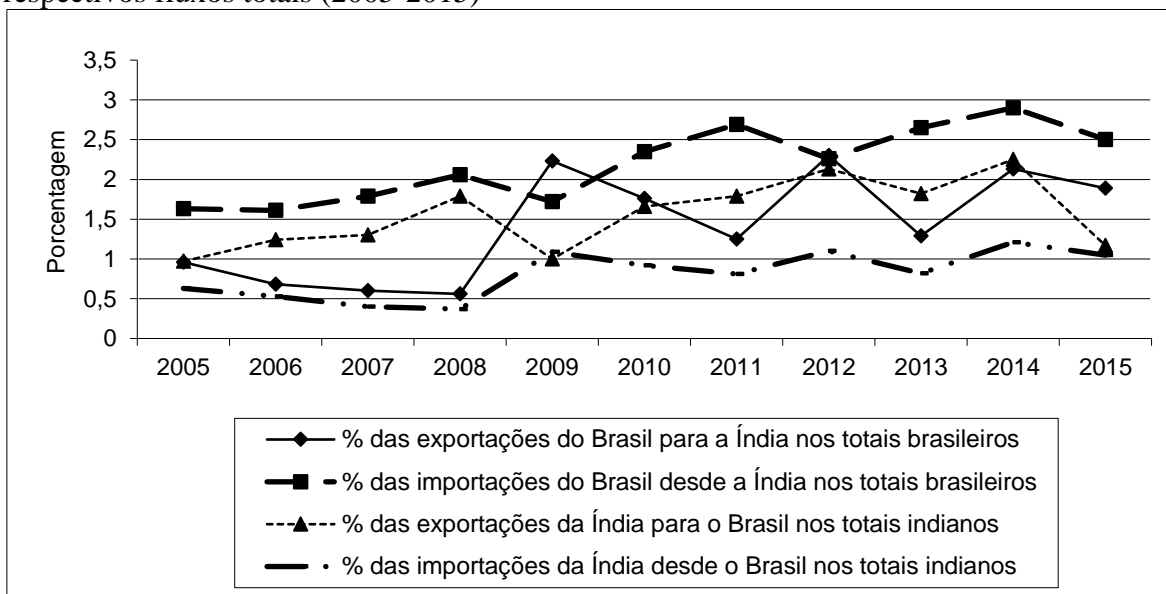
Fonte: elaborado pelo autor com dados de *United Nations Statistics Division – Commodity Trade Statistics Database* (<http://comtrade.un.org/db/>)

Esse crescimento afetou a representatividade de Brasil e Índia no comércio total do parceiro, embora não do mesmo modo no cotejo dos fluxos. A figura 2 mostra a evolução para o período 2005-2015. A participação das exportações brasileiras para a Índia nas exportações totais do primeiro país saltou de pouco menos de 1% para cerca de 2%, com oscilações que significaram grande ultrapassagem desse patamar em 2009, 2012 e 2014. Menos instável, o comportamento das importações brasileiras representou progressão de 1,6% para 2,5% das compras agregadas do Brasil, sendo que, de 2010 em diante, os números sempre superaram 2%, e até tangenciaram 3%, como em 2014. Também pendular foi a participação das exportações indianas para o Brasil no conjunto das vendas externas do país asiático: perto de 1% no início e no fim da série, com oscilação no decurso que rompeu o patamar de 2% em 2012 e 2014. Já a proporção das compras indianas no conjunto das importações desse país passou de 0,6% para a faixa de 1%, em tendência de suave crescimento.

A composição desse comércio bilateral guarda sintonia com o perfil das trocas externas totais de ambos os países. Os dados da *United Nations Statistics Division – UN-Comtrade* informam que do total de US\$ 191 bilhões exportados pelo Brasil para o mundo em 2015, 32% distribuíram-se entre, em ordem decrescente de valor, soja, minério de ferro, óleos de petróleo, açúcar de cana, carne de ave, torta de soja e outros resíduos, café,

milho, polpa de madeira e carne bovina congelada. Os principais produtos nos US\$ 171 bilhões de importação brasileira total naquele ano, atingindo 28% do conjunto, abrangem, também em ordem declinante, óleos de petróleo não crus, óleos de petróleo crus, gases de petróleo e outros gases, peças e acessórios de veículos automotores, automóveis e outros veículos automotrizados para transportes; aparato elétrico para telefonia em linha, medicamentos, inseticidas e assemelhados, circuitos eletrônicos integrados e sangue (humano e animal para usos terapêuticos).

Figura 2 – Comércio entre Brasil e Índia: participação percentual do comércio bilateral nos respectivos fluxos totais (2005-2015)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de *United Nations Statistics Division – Commodity Trade Statistics Database* (<http://comtrade.un.org/db/>)

Para a Índia, essa estatística indica como principais produtos dos US\$ 264 bilhões de exportações totais em 2015, atingindo 38% (iniciando pelo mais representativo), óleos de petróleo não crus, diamantes brutos ou não (mas não engastados), medicamentos, artigos de joalheria, arroz, automóveis e outros veículos motorizados para transporte, carne bovina congelada, fio de algodão, peças e acessórios de veículos automotores e outras aeronaves (helicópteros, aviões). Nas importações tratou-se, somando 49% do total de US\$ 391 bilhões, de óleos de petróleo e óleos obtidos de minerais betuminosos, ouro, diamantes brutos ou não (mas não engastados), aparato elétrico para telefonia em linha, carvão, gases de petróleo e outros gases, mercadorias não especificadas, óleo de palma, máquinas automáticas para processamento de dados e minério de ferro.



Vários desses produtos aparecem no comércio Brasil-Índia, com intensidade que denota elevada concentração da pauta (Quadro 1). No período 2005-2015, somente três produtos tiveram participações que, juntas, ultrapassam a metade (às vezes muito mais do que isso) do valor exportado ou importado, em ambas as direções. Nas exportações do Brasil para a Índia, açúcar de cana, óleo de soja, sulfetos de minérios de cobre e óleos brutos de petróleo ocupam as primeiras posições recorrentemente e respondem pelo principal das vendas. Nas importações brasileiras, o óleo diesel sempre constitui o produto principal, acompanhado de fio de poliésteres, outros compostos heterocíclicos, fio texturizado de poliésteres, coques de hulha, outros grupos eletrogêneos de energia eólica, fio de algodão e inseticidas.

Outro aspecto é que as pautas indicam diferenciação interindustrial. Quer dizer, parece reduzido (se tanto) o comércio intraindustrial, sinalizador (e tradução) de diversificação produtiva no interior dos setores e de possibilidades de fragmentação dos processos de fabricação, com divisão espacial do trabalho. Corrobora essa avaliação o estudo de Taques, Cavalcante e Monteiro (2015), que calcula o nível de presença do comércio intraindustrial nas interações entre os membros dos BRICS de 1995 a 2013. Utilizando o Índice Grubel-Lloyd (IGL), que varia de zero a 1 – o primeiro apontando incidência nula daquele comércio, e o segundo, participação total – e indica o quanto o comércio intraindustrial explica o comércio total entre países (cf. Grubel e Lloyd, 1971), os autores mostram que o IGL para o comércio Brasil-Índia é, em geral, muito baixo.

Quadro 1 – Comércio Brasil-Índia: totais e principais produtos (2005-2015)

Ano	Exportações brasileiras (US\$ milhões FOB e percentagens)	Importações brasileiras (US\$ milhões FOB e percentagens)
2005	<i>Total: 1.136,8 (100,0)</i> Açúcar de cana em bruto: 240,7 (22,2) Óleo de soja em bruto: 192,6 (16,9) Outros aviões a turbojato: 136,3 (12,0)	<i>Total: 1.202,7 (100,0)</i> Óleo diesel: 608,8 (50,6) Outros compostos heterocíclicos: 32,6 (2,7) Fio de poliésteres simples: 27,5 (2,3)
2006	<i>Total: 938,9 (100,0)</i> Sulfetos de minério de cobre: 146,4 (15,6) Óleo de soja em bruto: 104,3 (11,1) Borracha de estireno: 17,6 (1,9)	<i>Total: 1.473,9 (100,0)</i> Óleo diesel: 726,7 (49,3) Outros compostos heterocíclicos: 30,7 (2,1) Fio texturizado de poliésteres: 15,7 (1,1)
2007	<i>Total: 957,8 (100,0)</i> Sulfetos de minério de cobre: 235,7 (24,6) Óleo de soja em bruto: 181,5 (18,9) Outras formas de amianto: 32,6 (3,4)	<i>Total: 2.164,9 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.084,1 (50,1) Outros compostos heterocíclicos: 63,6 (2,9) Fio texturizado de poliésteres: 40,8 (1,9)
2008	<i>Total: 1.102,3 (100,0)</i> Sulfetos de minério de cobre: 219,8 (19,9) Óleo de soja em bruto: 189,7 (17,2) Outros minérios de cobre: 57,6 (5,2)	<i>Total: 3.563,6 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.524,7 (42,8) Coques de hulha, linhita...: 108,5 (3,0) Outr. grup. eletrog. energia eólica: 107,2 (3,0)
	<i>Total: 3.415,0 (100,0)</i> Açúcar cana em bruto: 1.326,1 (38,8)	<i>Total: 2.190,9 (100,0)</i> Óleo diesel: 541,9 (24,7)

2009	Óleos brutos de petróleo: 872,7 (25,6) Outros açúcares cana, beterraba: 143,3 (4,2)	Outr. grup. eletrog. energia eólica: 160,1 (7,3) Outros compostos heterocíclicos: 77,2 (3,5)
2010	<i>Total: 3.492,3 (100,0)</i> Óleos brutos de petróleo: 1.255,0 (35,9) Açúcar de cana em bruto: 875,5 (25,1) Sulfetos de minério de cobre: 247,0 (7,1)	<i>Total: 4.242,5 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.731,4 (40,8) Fio algodão 85% cru: 143,1 (3,4) Fio texturizado de poliésteres: 142,5 (3,4)
2011	<i>Total: 3.200,7 (100,0)</i> Óleos brutos de petróleo: 1.702,5 (53,2) Sulfetos de minério de cobre: 419,2 (13,1) Óleo de soja em bruto: 164,7 (5,1)	<i>Total: 6.081,0 (100,0)</i> Óleo diesel: 3.125,1 (51,4) Coques de hulha, linhita...: 189,1 (3,1) Fio texturizado de poliésteres: 151,0 (2,5)
2012	<i>Total: 5.576,9 (100,0)</i> Óleos brutos de petróleo: 3.432,0 (61,5) Outros açúcares de cana: 471,8 (8,5) Óleo de soja em bruto: 363,9 (6,5)	<i>Total: 5.042,8 (100,0)</i> Óleo diesel: 2.084,7 (41,3) Outros aparel./disposit. p/ tratores: 137,5 (2,7) Outros compostos heterocíclicos: 93,4 (1,8)
2013	<i>Total: 3.130,1 (100,0)</i> Óleos brutos de petróleo: 1.586,7 (50,7) Outros açúcares de cana: 435,0 (13,9) Óleo de soja em bruto: 232,8 (7,4)	<i>Total: 6.357,3 (100,0)</i> Óleo diesel: 3.343,7 (52,6) Fios têxteis de poliésteres crus: 177,4 (2,8) Outros inseticidas: 82,6 (1,3)
2014	<i>Total: 4.788,7 (100,0)</i> Óleos brutos de petróleo: 2.335,2 (48,8) Outros açúcares de cana: 643,2 (13,4) Óleo de soja em bruto: 366,5 (7,6)	<i>Total: 6.640,3 (100,0)</i> Óleo diesel: 3.495,5 (52,6) Fios têxteis de poliésteres crus: 143,0 (2,1) Fios simples poliéster. orientais S/C: 77,9 (1,2)
2015	<i>Total: 3.617,4 (100,0)</i> Óleos brutos de petróleo: 1.103,3 (30,5) Óleo de soja em bruto: 551,9 (15,3) Outros açúcares de cana: 457,0 (12,6)	<i>Total: 4.289,6 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.586,7 (37,0) Fios têxteis de poliésteres crus: 112,9 (2,6) Inseticida a base de acetato: 75,1 (1,7)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior – SECEX (<http://www.mdic.gov.br/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>)

### 3. Santa Catarina e o BRICS: foco no comércio, com realce para a Índia

Inicia-se falando do comércio entre Santa Catarina e os integrantes do BRICS, em termos gerais (excluindo Brasil, naturalmente). Depois aborda-se a relação comercial do estado catarinense com a Índia. Nesta parte o detalhamento atinge a abertura da pauta comercializada, nos dois sentidos, no ano mais recente em relação ao momento em que se elabora o artigo: 2015.

#### 3.1 Comércio entre Santa Catarina e o BRICS

Pelo lado das exportações, o comércio com o demais integrantes do BRICS é um menos representativo em Santa Catarina do que no Brasil. Além de não se registrar trajetória continuamente ascendente da proporção dessas vendas externas na correspondente totalidade catarinense, como se observa na tabela 4, nunca se atingiu, entre 2005 e 2015, uma participação sequer próxima da observada para o país agregadamente (como visto na tabela 2). Mas é oposto o quadro das importações: aqui o crescimento da

representatividade do BRICS é praticamente linear no estado, com concentração, em 2015, de nada menos que 38,20% de todas as compras externas catarinenses.

Note-se que, em meados da segunda década do século XXI, entre os principais produtos exportados (para o mundo todo) por Santa Catarina figuram: carnes de frango e de suínos, tabaco não manufaturado, motores elétricos, soja, compressores, blocos de cilindros para motores, motores e geradores elétricos, móveis de madeira e papel e cartão kraft em rolos ou em folhas. As importações com maior realce, exibindo uma presença amplamente majoritária de insumos industriais, incluem: cobre (afinado e em ligas), polímeros de etileno, produtos laminados planos de ferro ou aço, fios e filamentos sintéticos, pneus de borracha, aparelhos elétricos para telefonia e instrumentos e aparelhos para uso na área da saúde (FIESC, 2012; 2014).

Tabela 4 – Comércio exterior catarinense: total e no BRICS – 2005-2015 (US\$ milhões)

Anos	Exportações		Importações		A/B*100	C/D*100
	Para o BRICS (A)	Para o mundo (B)	Desde o BRICS (C)	Desde o mundo (D)		
2005	770,2	5.594,2	243,0	2.188,5	13,77	11,10
2006	505,4	5.982,1	553,1	3.468,8	8,45	15,94
2007	532,3	7.381,8	1.075,4	5.000,2	7,21	21,51
2008	670,8	8.331,1	2.022,4	7.940,7	8,05	25,47
2009	511,0	6.427,7	1.999,2	7.288,1	7,95	27,43
2010	713,1	7.582,0	3.783,8	11.978,1	9,40	31,59
2011	996,9	9.051,0	4.636,0	14.841,0	11,01	31,24
2012	1.141,1	8.920,7	4.753,2	14.552,0	12,79	32,66
2013	1.192,2	8.688,8	5.154,3	14.779,5	13,72	34,87
2014	1.671,6	8.987,4	5.870,1	16.018,7	18,60	36,64
2015	1.267,0	7.644,0	4.818,8	12.613,1	16,57	38,20

Fonte: <http://alicesweb.mdic.gov.br/consulta-ncm/consultar>

Como na escala nacional, é principalmente no relacionamento com a China que reside, largamente à frente dos demais países do agrupamento, a tendência de crescimento dos valores exportados e importados por Santa Catarina no seio do BRICS. Ocorreu expansão no intercâmbio também com os outros, notadamente com respeito às importações catarinenses, mas sem a progressividade, em geral sustentada, percebida no diálogo com a China. De fato, a regra, no relacionamento com Índia, Rússia e África do Sul, é a oscilação nos valores contabilizados, mais intensamente em alguns casos do que em outros, e tanto nas exportações como nas importações (Tabela 5).

O comércio de Santa Catarina com os integrantes do BRICS exhibe representatividade variável no comércio brasileiro com aqueles países (Figura 3). No que

concerne à Rússia, o percentual catarinense nas exportações brasileiras supera, em regra, o que se verifica nas importações. Produtos químicos destacam-se fortemente nessas compras, enquanto fumo em folha, soja e carne de frango *in natura* são produtos que costumam aparecer com realce na pauta das vendas para o país leste-europeu.

Tabela 5 – Comércio de Santa Catarina com o BRICS – 2005-2015 (US\$ milhões)

Anos		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Países												
Rús-sia	Exp. (%)	541,1 (70,2)	246,6 (48,8)	190,5 (35,8)	248,3 (37,0)	159,0 (31,1)	220,2 (30,9)	287,2 (28,8)	320,7 (28,1)	301,1 (25,2)	490,6 (29,3)	316,7 (25,0)
	Imp. (%)	37,3 (15,3)	34,3 (6,2)	47,4 (4,4)	99,1 (4,9)	63,9 (3,2)	167,0 (4,4)	144,3 (3,1)	86,9 (1,8)	50,8 (1,0)	77,5 (1,3)	58,7 (1,2)
Ín-dia	Exp. (%)	17,5 (2,3)	19,5 (3,9)	23,3 (4,4)	40,2 (6,0)	52,6 (10,3)	34,4 (4,8)	40,4 (4,0)	32,2 (2,8)	23,4 (2,0)	40,5 (2,4)	46,2 (3,6)
	Imp. (%)	22,3 (9,2)	48,2 (8,7)	90,3 (8,4)	276, (13,7)	197,9 (9,9)	425,5 (11,2)	407,6 (8,8)	416,2 (8,8)	434,5 (8,4)	470,3 (8,0)	343,1 (7,1)
Chi-na	Exp. (%)	63,1 (8,2)	92,2 (18,2)	129,0 (24,2)	177,2 (26,4)	110,1 (21,5)	270,6 (37,9)	410,3 (41,2)	560,2 (49,1)	691,6 (58,0)	978,7 (58,5)	753,0 (59,4)
	Imp. (%)	172,7 (71,1)	459,9 (83,1)	927,1 (86,2)	1.622 (80,2)	1.713 (85,7)	3.105 (82,1)	3.968 (85,6)	4.126 (86,8)	4.532 (87,9)	5.217 (88,9)	4.383 (91,0)
Áfr. do Sul	Exp. (%)	148,5 (19,3)	147,1 (29,1)	189,5 (35,6)	205,1 (30,6)	189,3 (37,0)	187,9 (26,3)	259,0 (26,0)	228,0 (20,0)	176,1 (14,8)	161,8 (9,7)	151,1 (11,9)
	Imp. (%)	10,7 (4,4)	10,7 (1,9)	10,6 (1,0)	24,9 (1,2)	24,4 (1,2)	86,3 (2,3)	117,0 (2,5)	124,1 (2,6)	137,0 (2,7)	105,3 (1,8)	34,0 (0,7)
To-tal	Exp. (%)	770,2 (100)	505,4 (100)	532,3 (100)	670,8 (100)	511,0 (100)	713,1 (100)	996,9 (100)	1.141 (100)	1.192 (100)	1.672 (100)	1.267 (100)
	Imp. (%)	243,0 (100)	553,1 (100)	1.075 (100)	2.022 (100)	1.999 (100)	3.784 (100)	4.637 (100)	4.753 (100)	5.154 (100)	5.870 (100)	4.819 (100)

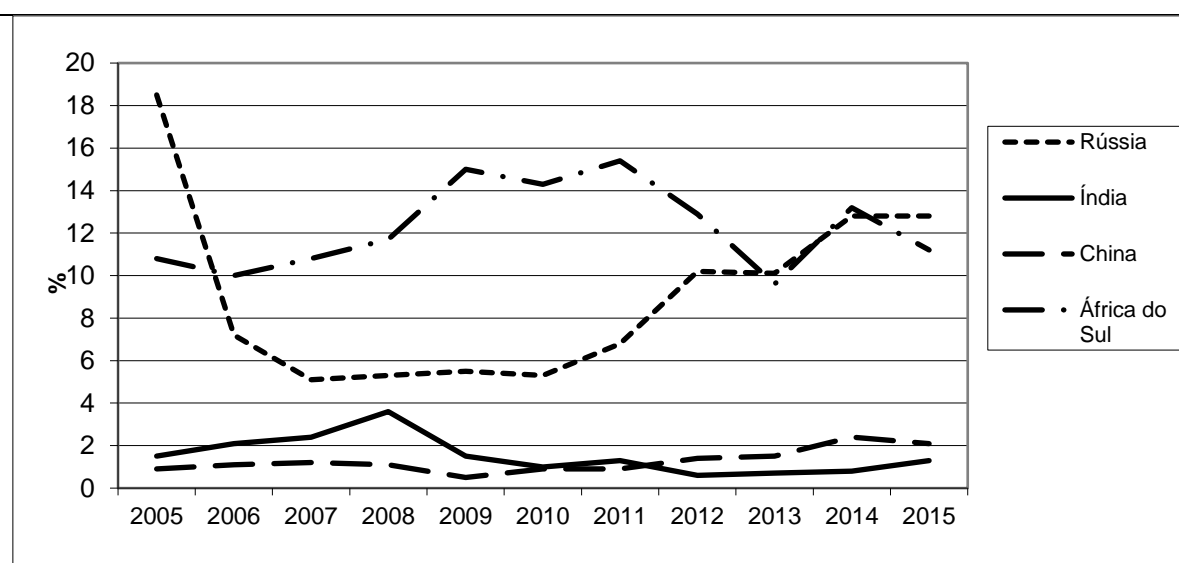
Fonte: <http://aliceweb.mdic.gov.br/consulta-ncm/consultar>

Na relação com a Índia o intercâmbio catarinense participa muito pouco do relacionamento observado entre o país sul-asiático e o Brasil como um todo, mormente no que tange às exportações. Sobre o conteúdo desse comércio fala-se posteriormente no estudo, quando a abordagem afunila no realce dos vínculos com o país sul-asiático.

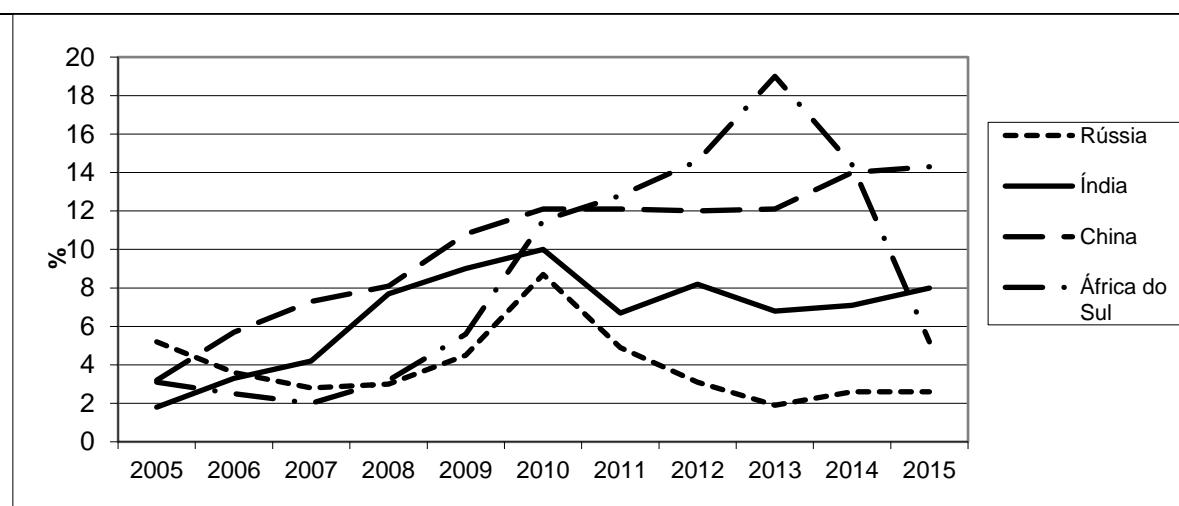
Com a China, as vendas catarinenses, em que pese o forte incremento em termos absolutos (salto de US\$ 63 milhões em 2005 para US\$ 979 milhões em 2014, mas com recuo de mais de 20% em 2015), oscilaram pouco como proporção das mesmas vendas brasileiras. Fumo em folha, soja, confecções, compressores para bombas e geradores e transformadores elétricos tendem a figurar em destaque. Em compensação, nas importações – que também se expandiram fortemente em termos absolutos – a proporção estadual no agregado brasileiro mais que quadruplicou, chegando a superar 14% em 2015: produtos cerâmicos, laminados de ferro ou aço, pneus para automóveis, lâmpadas e aparelhos eletrônicos de uso doméstico têm realce nessas compras em Santa Catarina.

Figura 3 – Participação catarinense no comércio brasileiro com o BRICS – 2005-2015

## Participação nas exportações brasileiras



## Participação nas importações brasileiras



Fonte: elaborado pelo autor com dados de <http://alicesweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/consultar>

Também em relação à África do Sul a participação catarinense é estável nas exportações brasileiras, embora oscile em níveis relativamente altos, entre 9,6% e 15,4%. Aparecem com destaque nessas vendas produtos como fumo em folha, carne de frango in natura e industrializada, produtos cerâmicos, compressores e bombas, geradores e transformadores elétricos, autopeças e madeira compensada. Já nas importações a proporção é estável (e baixa) até o final da década de 2000, mudando de patamar e batendo em 19% do total brasileiro em 2013, com posterior recuo. Ferro, combustíveis, máquinas e produtos químicos destacam-se nessas compras.

### 3.2 Detalhamento do comércio catarinense com a Índia

Os números do comércio entre Santa Catarina e Índia no período 2005-2015 podem ser observados na tabela 6. São também apresentado os dados sobre o comércio do Brasil com o parceiro sul-asiático.

Tabela 6 – Comércio do Brasil e de Santa Catarina com a Índia, e participação estadual nas correspondentes trocas nacionais: 2005-2015 (US\$ 1,00 FOB)

Ano	Brasil		Santa Catarina			
	Exp. p/ Índia (A)	Imp. da Índia (B)	Exp. p/ Índia (C)	C/A* 100	Imp. da Índia (D)	D/B* 100
2005	1.137.930.199	1.202.914.200	17.554.141	1,54	22.269.256	1,85
2006	938.889.310	1.473.951.621	19.497.669	2,08	48.180.287	3,27
2007	957.854.449	2.169.274.206	23.331.394	2,43	90.292.814	4,16
2008	1.102.342.120	3.564.304.236	40.217.068	3,65	276.439.643	7,75
2009	3.415.040.261	2.191.096.530	52.580.882	1,54	197.948.716	9,03
2010	3.492.350.604	4.242.465.822	34.393.320	0,98	425.554.563	10,03
2011	3.200.695.296	6.081.030.475	40.438.936	1,26	407.608.545	6,70
2012	5.576.930.397	5.042.827.722	32.219.817	0,58	416.189.969	8,25
2013	3.130.072.734	6.357.566.624	23.410.999	0,75	434.545.711	6,83
2014	4.788.735.235	6.640.265.239	40.521.189	0,85	470.330.773	7,08
2015	3.617.449.354	4.289.580.025	46.200.899	1,28	343.123.764	8,00

Fonte: <http://alicesweb.mdic.gov.br/consulta-ncm/consultar>

As exportações catarinenses exibem comportamento oscilante, mas com tendência expansiva, mostrando-se o valor do fim da série (US\$ 46,2 milhões, em 2015) superior em 2,6 vezes ao do início (US\$ 17,5 milhões, em 2005); o pico ocorreu em 2009, quando se atingiu US\$ 52,6 milhões. Nas importações de Santa Catarina, não somente os valores envolvidos são muito maiores do que os das exportações – a partir de 2008 adentraram o patamar das centenas de milhões de dólares –, como o percurso de crescimento revela-se menos sinuoso. A cifra do final da série (US\$ 343,1 milhões, em 2015) é 15,4 vezes maior do que o do início (US\$ 22,3 milhões, em 2005), tendo o pico sido registrado em 2014, com US\$ 470,3 milhões.

Na relação comercial entre Santa Catarina e Índia não há discrepância forte somente na comparação entre exportações e importações, conforme sublinhado. Há grande diferenciação, da mesma forma, nas pautas de produtos comercializados, inclusive quando à concentração. As tabelas 7 e 8, apresentadas a seguir, informam sobre esse aspecto com os dados mais recentes no período da elaboração deste estudo, relativos ao ano de 2015.

Nas exportações catarinenses, apenas cinco produtos representaram nesse ano mais de 90% do total enviado à Índia, mais precisamente 92,8% (Tabela 7). O item mais representativo, respondendo por nada menos que 47% das vendas, pertence ao grupo de

número 15 da Classificação SH 2 dígitos utilizada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil (MDIC): “Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos de sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal”. O segundo item com maior presença refere-se ao número 84 daquela classificação, com 23,6%: “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes”. Em terceiro lugar aparece o número 85, com 13,1%: “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou reprodução de som, de imagens e de som em televisão; e suas partes e acessórios”.

Tabela 7 – Exportações catarinenses para Índia em 2015 – Classificação SH 2 dígitos (US\$ mil FOB)

Nº	Produtos	Valor	%
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	100,4	
10	Cereais	231,6	
15	Gorduras e óleos anim. ou veg.; prod. de sua dissoc.; gord. aliment. elaboradas; ceras	21.856,5	47,3
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	0,8	
28	Prod. quím. inorg.; comp. inorg./org. metais precios., elem. radioat., de met./ isótopos	0,4	
30	Produtos farmacêuticos	13,6	
33	Óleos essenciais e resin.; prod. perfumaria ou toucador e preparações cosméticas	21,6	
35	Matérias albuminóides; prod. a base de amidos ou féculas modificad.; colas, enzimas	0,2	
38	Produtos diversos das indústrias químicas	1.914,7	4,1
39	Plásticos e suas obras	16,3	
40	Borracha e suas obras	28,7	
41	Peles, exceto as peles com pelo, e couros	576,9	
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	756,3	
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	239,6	
61	Vestuário e seus acessórios, de malha	7,7	
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2,0	
69	Produtos cerâmicos	39,2	
70	Vidro e suas obras	34,4	
72	Ferro fundido, ferro e aço	2.174,0	4,7
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	101,5	
74	Cobre e suas obras	46,0	
76	Alumínio e suas obras	0,6	
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	23,8	
83	Obras diversas de metais comuns	8,6	
84	Reatores nuclear., caldeiras, máquinas, aparelhos e instrum. mecânicos, e suas partes	10.886,4	23,6
85	Máq., apar. e mat. elétr., e partes; apar. gravaç. ou reprod. som, imagem, partes/aces.	6.072,3	13,1
86	Veíc./mater. p/ vias férreas ou semel. e partes; apar. mecân. sinaliz. p/ vias comunic.	99,7	
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, partes e acessórios	343,8	
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	2,0	
90	Instr./aparel. óptica, fotog., cinemat., medida, contr./precisão; méd.-cirúrg., part./aces.	586,5	
94	Móveis; mob. méd.-cirúrg., colc./almof.; outros aparel. ilumin.; anúncios, cartazes etc.	14,6	
TOTAL		46.200,9	100

Fonte: <http://alicesweb.mdic.gov.br/consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>

As indicações da referida classificação referem-se a grupos de produtos. Uma especificação maior permite considerar que as vendas catarinenses tendem a se concentrar,

antes de tudo, em óleo de soja, em engrenagens e rodas de fricção e em motores elétricos (RADIN, 2015).

Diferentemente da concentração observada nas vendas, no lado das importações de Santa Catarina 17 produtos concorreram para uma representatividade de 92,2% do total (Tabela 8). O maior destaque referiu-se ao número 54 da Classificação SH 2 dígitos usada pelo MDIC, “Filamentos sintéticos ou artificiais”, cujo montante atingiu 26% do total aquirido na Índia, o que mostra o peso dos insumos da indústria têxtil, notadamente os fios texturizados de poliésteres. Depois aparece o número 69 (“Produtos cerâmicos”) e, em terceiro lugar, o número 32, a saber, “Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mastiques; tintas de escrever”, significando notadamente corantes reagentes.

Somados, os respectivos produtos envolvidos alcançaram US\$ 152,8 milhões de compras catarinenses, equivalentes a 44,5% do total originado na Índia em 2015. O restante da pauta aparece diluído – claro que com mais presença de alguns grupos de produtos do que outros – num conjunto total (incluindo os números especificados anteriormente) de sessenta e sete indicações da Classificação utilizada. Assinale-se que essas indicações representam mais do que o dobro da totalidade implicada nas exportações estaduais para aquele país.

Tabela 8 – Importações catarinenses desde a Índia em 2015 – Classificação SH 2 dígitos (US\$ Mil FOB)

Nº	Produtos	Valor	%
05	Outros prod. origem an imal, não especificados ou compreendidos noutros capítulos	24,9	
06	Plantas vivas e produtos de floricultura	8,7	
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	1.710,8	
09	Café, chá, mate e especiarias	142,7	
10	Cereais	4,5	
11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	2,8	
12	Semente/frutos oleag.; grãos, sementes e frutos div.; plantas ind./medic.; palhas/forrag.	1.036,6	
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	661,6	
15	Gorduras e óleos anim. ou veg.; prod. de sua dissoc.; gord. aliment. elaboradas; ceras	162,8	
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	87,1	
21	Preparações alimentícias diversas	98,6	
23	Resíduos e desperdícios das indústria alimentares; alimentos preparados para animais	376,4	
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	790,9	
27	Combust. miner., óleos miner. e prod. da sua destilação; matér. betumin.; ceras miner.	1.771,4	
28	Prod. quím. inorg.; comp. inorg./org. metais precios., elem. radioat., de met./ isótopos	1.488,1	
29	Produtos químicos orgânicos	18.041,5	5,3
30	Produtos farmacêuticos	6.438,9	1,9
32	Extratos tan./tint.; taninos e deriv.; pigm. e outras mat. corantes; tintas e vernizes; etc.	29.811,4	8,7
33	Óleos essenciais e resin.; prod. perfumaria ou toucador e preparações cosméticas	416,3	
34	Sabões, agentes org. superfície, prep. lavag. e lubrif., ceras, prod. conserv. limpeza etc.	4.787,0	1,4
35	Matérias albuminóides; prod. a base de amidos ou féculas modificad.; colas, enzimas	15,0	



38	Produtos diversos das indústrias químicas	6.189,4	1,8
39	Plásticos e suas obras	5.867,8	1,7
40	Borracha e suas obras	19.895,6	5,8
42	Obras de couro; artig. Correeiro/seleiro; artig. viagem, bolsas/ artefatos semelhantes	1.099,5	
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	228,4	
46	Obras de espartaria ou de cestaria	134,5	
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	20,9	
49	Livros, jornais, grav. e outros prod. ind. graf.; textos manusc./datilogr., planos e plantas	80,9	
50	Seda	33,2	
52	Algodão	18.030,6	5,2
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel	60,3	
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	89.689,6	26,1
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	13.292,4	3,9
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios espec.; cordéis, cordas e cabos, art. cordoa.	24,6	
57	Tapetes e outros revestimentos para pisos (pavimentos), de matérias têxteis	3.609,9	
58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados	863,2	
59	Tecidos impreg., revest., recobertos ou estratíf.; art. p/ usos técnicos de matérias primas	1.069,8	
60	Tecidos de malha	2,3	
61	Vestuário e seus acessórios, de malha	3.408,4	
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	22.303,6	6,5
63	Outros artif. têxt./confec.; sortidos; artif. matérias têxteis, calçados, chapéus e semelh.	581,8	
66	Guarda-chuvas, sombrinh., guarda-sóis, bengalas-assentos, chicotes, pingalins, e partes	1,7	
67	Penas e penugens preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	8,2	
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	25,3	
69	Produtos cerâmicos	33.274,6	9,7
70	Vidro e suas obras	1.347,8	
71	Pérolas nat./cult., pedras prec./semipr., metais prec., folh./chap. ,met. prec.; bijut.; etc.	254,6	
72	Ferro fundido, ferro e aço	16.098,3	4,7
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.238,7	1,5
74	Cobre e suas obras	180.436	
75	Níquel e suas obras	390,9	
76	Alumínio e suas obras	10.271,3	3,0
79	Zinco e suas obras	124,4	
81	Outros metais comuns; ceramais (cermets); obras dessas matérias	11,9	
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	786,3	
83	Obras diversas de metais comuns	941,4	
84	Reatores nuclear., caldeiras, máquinas, aparelhos e instrum. mecânicos, e suas partes	5.970,3	1,7
85	Máq., apar. e mat. elétr., e partes; apar. gravaç. ou reprodu. som, imagem, partes/aces.	5.837,5	1,7
86	Veíc./mater. p/ vias férreas ou semel. e partes; apar. mecân. sinaliz. p/ vias comunic.	581,7	
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, partes e acessórios	692,6	
90	Instr./aparel. óptica, fotogr., cinemat., medida, contr./precisão; méd.-cirúrg., part./aces.	5.419,9	1,6
91	Artigos de relojoaria	32,5	
92	Instrumentos musicais; suas partes e acessórios	0,7	
94	Móveis; mob. méd.-cirúrg., colc./almof.; outros aparel. ilumin.; anúncios, cartazes etc.	702,3	
95	Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte, suas partes e acessórios	138,0	
96	Obras diversas	427,1	
TOTAL		343.124	100

Fonte: <http://alicesweb.mdic.gov.br/consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>

#### 4. Perscrutando além do comércio no diálogo com a Índia

Até o começo dos anos 1980, a Índia praticava políticas de corte protecionista, com planejamento centralizado e forte intervenção do Estado na economia (PRATES, 2013). Esse foi o contexto da duradoura desconsideração recíproca, em termos práticos, observada

nas relações entre Índia e Brasil – e, de resto, daquele país com a América Latina e outras regiões mundiais.

O fim da Guerra Fria afetou positivamente a relação Brasil-Índia. Nos anos 1990, e sobretudo após a virada do século, mais visitas de chefes de Estado tiveram lugar de parte a parte – Indira Gandhi, então chefe de Estado da Índia, estivera no Brasil em 1968 –, e avanços nas relações bilaterais foram registradas em várias frentes (STUENKEL, 2012).

#### *4.1 Urgências geopolíticas indianas e ensaios de ações cooperativas com o Brasil*

Atualmente parece ocorrer um novo impulso no “diálogo” entre a Índia e o Brasil. Há quem fale de uma nova era com respeito ao assunto (DESAI, 2015). O quadro geral é de projeção internacional indiana em várias direções, com intensa e abrangente busca por recursos energéticos na África e na Ásia Central (Cáucaso) além da América Latina. No que considera um aspecto básico do que seria, no período contemporâneo, um “redesenho econômico do sistema mundial”, Fiori (2007) salienta que a Índia, crescendo rapidamente como consumidora de energia, disputa tais recursos em diferentes regiões/continentes, concorrendo notadamente com a China, uma monumental demandante.

O comportamento externo da Índia estaria a refletir, por essa análise, importantes questões de cunho geopolítico. Um fator central é a proeminência da China, país com o qual a primeira teve (ou tem) territórios fronteiriços em disputa e foi à guerra no início dos anos 1960. Bava (2007, p. 6) assinalou anos atrás que “A política externa da Índia olha além da vizinhança para garantir seus interesses econômicos – especialmente o acesso a matérias primas e ao fornecimento de energia –, os quais podem colocá-la numa corrida competitiva com a China [...]”. Assim, esse aparentemente novo diálogo entre Índia e Brasil pertenceria a processos mais gerais: de “engajamento com a América Latina (longamente ignorada anteriormente) e a África, onde a Índia encontra-se perseguindo ativamente [o atendimento de] suas exigências energéticas” (BAVA, 2007, p. 3).

Mas não é equivocado considerar que o interesse indiano num relacionamento mais rico com o Brasil não se limita aos aspectos tangenciados. A cooperação tecnológica representa uma importante área de interações, com perspectivas de benefícios recíprocos.

Um respaldo, por assim dizer, teórico para essa postulação relaciona-se à percepção segundo a qual as relações cooperativas entre países da semiperiferia do capitalismo na esfera tecnológica mostram-se tanto mais sedutoras haja vista que a capacidade de inovar (inclusive tecnologicamente) representa tanto um poderoso instrumento competitivo quanto um elemento definidor (entre outros) de *status* na hierarquia sistêmica. Referência

básica sobre a questão é a contribuição de Arrighi (1997, p. 150): “[...] cada empresa capitalista, além de gerar pressões competitivas através de inovações, está sempre e simultaneamente envolvida em responder às pressões criadas por outras empresas [...] [sendo que] o sucesso de uma [...] em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia sempre implica um rebaixamento [...] das combinações de outras empresas”. O “rebatimento” (econômico, social, espacial) desses processos pode se traduzir em mobilidade no interior do sistema interestatal.

Assim, como a cooperação tecnológica é especialmente promissora para países como Índia e Brasil, faz todo o sentido considerar os vínculos nesse campo em abordagem sobre interações que transcendam a esfera comercial. Uma área de especial importância nessa cooperação científica e tecnológica, acenando com importantes resultados, diz respeito à área geral da saúde, especialmente à indústria farmacêutica, que se desenvolveu vigorosamente na Índia, permitindo imaginar possibilidades de cooperação estratégica (GUENNIF; RAMANI (2012). Há de ter significado sobre o assunto a existência no Brasil – na Amazônia em primeiro lugar – de recursos naturais representativos da maior concentração de biodiversidade do planeta (BECKER, 2005).

Interações científicas e tecnológicas nessa área têm sido observadas entre Índia e Brasil. Desafios comuns (envolvendo, por exemplo, enfermidades) têm sido identificados e a defesa de posições compartilhadas em fóruns internacionais e parcerias em projetos têm acontecido (CHATURVEDI, 2011).

Daí não surpreender a ênfase costumeiramente dada a essa área quando se fala em cooperação entre os dois países, ainda que em certos aspectos observem-se dissonâncias, como nas discussões sobre o regime de propriedade intelectual na órbita do *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), em torno, notadamente, dos medicamentos genéricos (FERNANDES *et al.*, 2013). O destaque atribuído a tal esfera de colaboração justifica-se tanto mais porque se reconhece serem grandes e diversas as perspectivas da cooperação estratégica para “[...] desenvolver programas comuns de P&D, compartilhamento de informações sobre o respectivo patenteamento e procedimentos de aprovação de comercialização para drogas, acordos de licenciamento cruzado ou compartilhamento de *pools* de patentes [...] (GUENNIF; RAMANI, 2012, p. 440).

Reveste-se de forte sentido ilustrativo o realce outorgado à cooperação na área da saúde durante as atividades da Sexta Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia, realizada em outubro de 2013 em Brasília (ATA..., 2013).

Muitos assuntos crivaram esse evento, como a necessidade de ampliar e diversificar o comércio bilateral. Também central foi o tema dos investimentos de empresas indianas no Brasil, em petróleo, energia renovável, mineração, engenharia, tecnologia de informação e produtos farmacêuticos, e de empresas brasileiras na Índia, em transporte urbano – exemplificado pela presença da Marco Polo, fabricante gaúcha de ônibus instalada em 2006 em parceria com a indiana Tata Motors, conforme *Relações...* (2011) –, serviços e equipamentos ligados à tecnologia de informação, calçados, energia e instrumentos médicos e hospitalares, além de temas como defesa, cultura e educação.

Mas gozou de especial realce a cooperação em ciência e tecnologia, com ênfase em biotecnologia, já registrando chamadas públicas para projetos conjuntos de pesquisa em biomedicina e ciências médicas, ao lado do que ocorre em agricultura, engenharia, tecnologias da informação e energias renováveis. Foi particularmente forte a manifestação de “[...] interesse em expandir o diálogo em temas de saúde, inclusive em explorar possibilidades de cooperação em áreas como controle de qualidade laboratorial, organização de cadeias produtivas e pesquisa médica” (ATA..., 2013, S.p.).

Outro importante espaço de interações diz respeito à promoção das condições de vida e trabalho dos contingentes mais necessitados em ambos os países. Na aludida Sexta Reunião da Cooperação Mista de Cooperação, os participantes indianos agradeceram ao Brasil “[...] a contribuição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a elaboração de seus programas de redução da pobreza. O lado brasileiro elogiou o governo indiano pelas iniciativas recentes nessa área [...]” (ATA..., 2013, S.p.).

Essa manifestação brasileira certamente referiu-se ao lançamento pela Índia, em janeiro de 2013, de um novo programa de transferência de renda, área em que o Brasil ganhou visibilidade internacional desde a virada para o século XXI, especialmente com o Programa Bolsa Família, do governo federal. A iniciativa indiana envolvia a concessão de recursos financeiros diretamente às famílias pobres, para compras por conta própria e sem intermediação, uma medida que almejou corrigir e aprimorar práticas anteriores, de resultados vistos como insuficientes (BONIS, 2013).

#### *4.2 Santa Catarina no contexto de uma relação mais intensa entre Brasil e Índia*

Santa Catarina exhibe iniciativas (ou tentativas neste sentido) de relacionamento com a Índia em termos de investimentos e de acenos na cooperação em ciência e tecnologia. Além disso, reúne experiências aptas, possivelmente, a nutrir uma interlocução cooperativa sobre questões como práticas de combate à pobreza e políticas de promoção social.

Sobre investimentos é importante assinalar, por exemplo, a situação da WEG, produtora de motores elétricos surgida em Jaraguá do Sul, que inaugurou no início de 2011 uma fábrica no sul da Índia. No *site* da empresa há, na verdade, três indicações de presença naquele país: a referida fábrica – a *WEG Industries (India) PVT. LTD.– Manufacturing Plant*, na cidade de Hosur – e dois escritórios: o *WEG Industries (India) PVT. LTD.– Marketing & Sales Office*, em Bangalore, e o *WEG Industries (India) PVT. LTD.– Regional Office-West*, em Pune (cf. <http://www.weg.net/br/Contato/Operacoes-WEG>).

Há também o caso da Docol Metais Sanitários, fundada em Jaraguá do Sul mas transferida para Joinville. Fabricante e exportadora de itens como torneiras e válvulas hidráulicas, essa empresa estabeleceu parceria comercial com produtor indiano envolvendo, para as vendas naquele mercado, a produção dos itens menos sofisticados diretamente na Índia, mas com peças oriundas do Brasil (Relações,... 2011).

Em matéria de cooperação, ou de movimento tendo como objetivo lograr avanços nesse campo, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) protagonizou iniciativa no segundo semestre de 2015, com a presença do Embaixador da Índia no Brasil, no intuito de promover interações colaborativas em educação, saúde e tecnologia. Em saúde, o grande destaque indiano na indústria farmacêutica e na medicina tradicional foi assinalado, no evento, como base para possíveis parcerias. Em tecnologia, a área de informação, em que a Índia revela-se particularmente forte, e Santa Catarina igualmente exhibe algum destaque, foi objeto de atenção especial (RADIN, 2015).

Pode-se dizer que teve sentido semelhante a viagem de comitiva de parlamentares catarinenses à Índia, no primeiro semestre de 2012, para conhecer experiências locais de, entre outros, desenvolvimento e produção de equipamentos para geração de energia de forma sustentável (como pela queima de biomassa) e para reutilização de água já usada em procedimentos sanitários. Baratear o consumo da energia, favorecendo populações (notadamente em meio rural) mais carentes e que exibem necessidades cada vez maiores em termos de energia, e avançar em segurança energética são dois importantes objetivos das iniciativas indianas com as quais o grupo de parlamentares estabeleceu contato, provavelmente imaginando desdobramentos em Santa Catarina mediante possíveis parcerias (CARDOSO, 2012).

O estado ostenta condições, igualmente, para participar de vínculos colaborativos, implicando trocas de informações e experiências, com vistas a produzir resultados em termos de redução das carências e do sofrimento de numerosas pessoas. Essas interações continuam na ordem do dia nas relações entre a Índia e o Brasil.

Com efeito, é sugestivo que três anos depois do lançamento naquele país do programa de transferência de renda referido anteriormente (lançado em janeiro de 2013), uma delegação indiana se dirigisse ao Brasil para conhecer as políticas e ações nacionais com vistas ao combate à pobreza. Apesar dos avanços recentes na Índia, registrados no bojo de um crescimento econômico que ganhou velocidade, envolvendo medidas que incluem distribuição de grãos e venda de alimentos aos pobres a preços subsidiados, são muito numerosas as pessoas que continuam a amargar grande pobreza e insegurança alimentar. Assim, objetivando ampliar e fortalecer seus programas, autoridades indianas procuraram conhecer, notadamente, o Programa Bolsa Família e também as políticas de fortalecimento da agricultura familiar (DELEGAÇÃO..., 2016).

Em Santa Catarina o campo para interações colaborativas parece amplo em relação a esses problemas. O estado tem o que “dizer” e “mostrar” a respeito, seja no âmbito da produção de conhecimento científico e acadêmico, na avaliação crítica de iniciativas públicas e na proposição de aperfeiçoamentos, seja no tocante às ações efetivamente protagonizadas, com resultados que merecem realce.

Esse último plano é muito importante. Em interações de cunho cooperativo destinadas à obtenção de melhores resultados na mitigação de problemas vivenciados por contingentes em situação de maior carência e vulnerabilidade, parece revestir-se de caráter nada menos que estratégico o envolvimento da própria escala comunitária, quer dizer, dos próprios agentes que participam das numerosas experiências. É dessa maneira que se pode valorizar e aproveitar adequadamente as forças criativas distribuídas no corpo social, em relações que talvez representem auxílio na construção de novos referentes até mesmo para a ação ou o ativismo.

Uma ilustração sobre produção recente de conhecimento em Santa Catarina em torno da problemática da pobreza e sobre iniciativas para o seu enfrentamento é o estudo de Lunelli e Comerlatto (2014), escorado em pesquisa de campo conduzida em municípios do oeste catarinense. Captando impressões sobre o sentido e a manifestação da pobreza e sobre as formas de combate, o trabalho conclui sobre a necessidade de inovar nos procedimentos utilizados pelos agentes implicados.

Outra ilustração catarinense refere-se ao artigo de Oliveira *et al.* (2015), que analisa criticamente, na essência, a presença do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PRONAT) – cujo foco é a agricultura familiar e as comunidades tradicionais, alocando recursos (sem reembolso) para projetos intermunicipais criados e executados coletivamente pelos atores sociais territoriais – no território designado como Meio Oeste

Contestado. A atenção da abordagem recaiu em projetos nos municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas e Coronel Martins.

Em termos de ações efetivas, quer dizer, de práticas direcionadas à promoção das condições de vida e trabalho de contingentes vulneráveis em Santa Catarina, cabe assinalar o Projeto Social Aroeira, liderado por um religioso com longa e frutífera militância em favor das comunidades pobres de Florianópolis.

Nas correspondentes ações conseguiu-se, em meados da década de 2000, a cessão e o reaproveitamento das instalações onde funcionou por décadas o Instituto Médico Legal, para projeto que registra o atendimento de várias centenas de crianças e adolescentes de áreas carentes da cidade, notadamente do complexo do Maciço do Morro da Cruz, na Ilha de Santa Catarina, e do complexo do Monte Cristo, na periferia continental (PENTEADO, 2007). A atividade do projeto talvez mais procurada por esses jovens tem sido a que diz respeito à oficina de pranchas de *surf*. Muitas das crianças e dos adolescentes que se engajaram lograram se afastar da criminalidade, e não foram poucos os que, posteriormente, conseguiram ingressar no ensino superior.

Atualmente funciona no local, há mais de cinco anos (desde junho de 2011), o Instituto Padre Vilson Groh, com atuação em várias frentes, destacando-se a formação e capacitação e o empreendedorismo social. Esse instituto “abriga” – e contribui para fortalecer a correspondente representação política e institucional – uma ampla rede de entidades locais com forte atuação social, tais como o Centro de Educação e Evangelização Popular, o Centro Cultural Escrava Isaura, a Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó, o Centro Social Marista Monte Serrat e o Centro Social Elisabeth Sarcam, entre outras (INSTITUTO..., 2015).

## 5. Considerações finais

Talvez estimulados pelos processos mais amplos no âmbito das operações ligadas ao BRICS, Brasil e Índia passaram a exhibir nos últimos anos um nível de interações bilaterais com intensidade aparentemente progressiva. É assim na esfera comercial e em outras áreas de relacionamento, embora não se possa falar, para caso algum, de relações de fato marcante entre ambos, na perspectiva de um ou de outro país. De todo modo, frente ao longo histórico de “diálogos” muito menos que rarefeitos, o que se registra no presente século merece realce, cabendo-lhe ao menos uma qualificação como “vínculo promissor”.

Santa Catarina exhibe presença no referido relacionamento. Como na escala do país, o comércio estadual com a Índia vem crescendo, ainda que esse intercâmbio não tenha

grande destaque sequer no seio do BRICS. Em outras áreas de interações, como nos ensaios ou acenos de cooperação em pesquisas e trocas de conhecimento e experiências, em diversas frentes ou setores, os benefícios vislumbrados têm caráter recíproco, razão pela qual as relações deveriam ser mais fortemente promovidas, em processo continuado. Isso haveria de ter um lugar destacado na órbita tanto estadual quanto nacional, pelo lado brasileiro, e não há motivo para não se pensar do mesmo modo sobre o lado indiano, com respeito à incidência de medidas de encorajamento e apoio em diversas escalas territoriais.

Considerando a perspectiva catarinense, a expansão do comércio com a Índia e a diversificação da sua pauta, em particular nas exportações estaduais, mostrar-se-ia um objetivo digno de realce. Mas muito mais do que o intercâmbio comercial deveria chamar a atenção dos responsáveis pelo desenho e a execução de interações estratégicas com dimensões internacionais, em Santa Catarina ou no Brasil. Interagir cooperativamente com propósitos bem definidos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento socioeconômico, representa um importante terreno a ser mais proficuamente laborado.

## Bibliografia

- ARRIGHI, G. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. In: *A ilusão do desenvolvimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 137-206.
- ATA da Sexta Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Nota n. 360, 15 out. 2013.
- BAVA, U. S. India's role in the emerging World order. *FES Briefing Paper*, n. 4, FES New Delhi, 2007.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BONIS, G. Bolsa Família, versão Índia. *CartaCapital*, 21 jan. 2013. Obtido em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/bolsa-familia-versao-india> Acesso em: 21/10/2016.
- CARDOSO, J. Comitiva catarinense visita empresas indianas que produzem energia de forma sustentável. *Agência AL*, Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 9 abr. 2012. Obtido em: [http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/comitiva-catarinense-visita-empresas-indianas-que-produzem-energia-de-forma](http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/noticia_single/comitiva-catarinense-visita-empresas-indianas-que-produzem-energia-de-forma) Acesso em: 17/09/2016.
- CHATURVEDI, S. South-South cooperation in health and pharmaceuticals: emerging trends in India-Brazil collaborations. *Discussion Paper*, n. 172, New Delhi: Research and Information System for Developing Countries, 2011.
- DELEGAÇÃO da Índia conhece políticas brasileiras de combate à pobreza. Presidência da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 20 jan. 2016. Obtido em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2016/delegacao-da-india-conhece-politicas-brasileiras-de-combate-a-pobreza> Acesso em: 21/10/2016.



- DESAI, R. D. A new era for India-Latin America relations? *Forbes*, June, 25<sup>th</sup> 2015. Obtido em: <http://www.forbes.com/sites/ronakdesai/2015/06/25/a-new-era-for-india-latin-america-relations/#5f4dff6529d4> Acesso em: 06/09/2016.
- FERNANDES, L.; GARCIA, A.; CRUZ, P.; WILLEMSSENS, C. Caminhos da cooperação entre Brasil e Índia no Regime da Propriedade Intelectual: novas possibilidades no âmbito dos BRICS? *Policy Brief*, BRICS Policy Center, PUC/Rio de Janeiro, abril 2013.
- FIESC. *Análise do comércio internacional catarinense 2012*. Florianópolis: FIESC, 2012.
- FIESC. *Análise do comércio internacional catarinense 2014*. Florianópolis: FIESC, 2014.
- FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *OIKOS*, n. 8, p. 77-106, 2007.
- GRUBEL, H. G.; LLOYD, P. J. The empirical measurement of intra-industry trade. *Economic Record*, v. 47, n. 4, p. 494-517, 1971.
- GUENNIF, S.; RAMANI, S. V. Explaining divergence in catching-up in pharma between India and Brazil using the NSI framework. *Research Policy*, v. 4, p. 430-441, 2012.
- INSTITUTO Padre Vilson Groh completa quatro anos de atividades. *Portal da Ilha*, Florianópolis, 7 jun. 2015. Obtido em: <http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=28929> Acesso em: 22/10/2016.
- LUNELLI, L.; COMERLATTO, D. Política de assistência social no enfrentamento da pobreza: estratégias e conceituação. *Textos & Contextos*, v. 13, n. 1, p. 47-57, 2014. Obtido em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/fass/article/view/15213/11765> Acesso em: 21/10/2016.
- OLIVEIRA, L. Z.; CAZELLA, A. A.; TECCHIO, A.; MIRESKI, M. C. Ações de política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado (SC). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento*, v. 11, n. 1, p. 323-348, 2015.
- O'NEILL, J. Building better global economic BRICs. *Global Economic Paper n. 66*, Goldman Sachs Economic Research Group, London, 30<sup>th</sup> November 2001.
- PANT, M. *India and the BRICS countries: issues of trade and technology*. New Delhi: Indian Institute of Foreign Trade, 2011.
- PENTEADO, G. Antigo IML virou oficina de pranchas. *Folha de S. Paulo*, 4 mar. 2007. Obtido em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0403200706.htm> Acesso em: 21/10/2016.
- PRATES, D. M. Investimento e transformação estrutural na economia indiana: dois padrões de crescimento (1950-1979 e 1980-2008). In: CENTRO de Gestão e Estudos Estratégicos. Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CGEE, 2013, p. 594-645.
- RADIN, D. C. *SC e Índia buscam cooperação em educação, tecnologia e saúde*. FIESC, Florianópolis, 5 out. 2015. Obtido em: <http://fiesc.com.br/noticias/sc-e-india-buscam-cooperacao-em-educacao-tecnologia-e-saude> Acesso em: 20/10/2016.
- RELAÇÕES vão além dos produtos básicos. *O Estado de São Paulo*, 16 jan. 2011. Obtido em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,relacoes-vao-alem-dos-produtos-basicos-imp-,666791> Acesso em: 15/10/2016.
- STUENKEL, O. Seeing India through Brazilian eyes. *Seminar*, n. 630, p. 2-5, 2012.
- TAQUES, F. H.; CAVALCANTE, H. H.; MONTEIRO, M. B. Fluxo de comércio entre o Brasil e os demais países dos BRICS. *Revista Economia e Desenvolvimento*, v. 14, n. 2, p. 260-280, 2015.